



Apontamentos sobre as leituras possíveis da cidade: do cotidiano às estruturas, das estruturas aos corpos especializados

Notes on the possible readings of the city: from the everyday to the structures, from the structures to the spatialized bodies

Maurício de Melo Raposo – PUC-MG | Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil | E-mail: mauraposo@hotmail.com 

Fernanda Salvo – PUC-MG | Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil | E-mail: fernandasalvo@hotmail.com 

Resumo: Neste texto discutimos algumas das possibilidades de abordagem teórica e metodológica do fenômeno urbano. Partimos da articulação do pensamento de alguns autores como Lefebvre, Harvey, Simmel, Soja, Castells, *et al.*, que se dedicaram ao estudo da cidade, tendo como problemática central as formas possíveis de enxergá-la: como e de onde olhá-la. Apresentamos, na primeira parte, visões que partem da cotidianidade urbana e acabam por revelar regularidades e universalidades. Na segunda parte, trazemos para o debate, principalmente, o pensamento da escola francesa de sociologia urbana, que trata o fenômeno urbano como uma realidade estruturada e estruturante pelo modo de produção capitalista. Por fim, propomos uma perspectiva que pense a cidade a partir do estudo de uma cotidianidade contextualizada, em que os corpos, subjetividades e sujeitos especializados sejam o objeto privilegiado, capaz de revelar a densidade das contradições sociais.

Palavras-chave: Fenômeno urbano. Corpo. Subjetividade. Cotidianidade. Espacialidade.

Abstract: In this text we discuss some of the possibilities of a theoretical and methodological approach of the urban phenomenon. We start from the articulation of the thinking of some authors such as Lefebvre, Harvey, Simmel, Soja, Castells, *et al.* who have dedicated themselves to the study of the city, having as central problematic the possible ways to see it: how and where to look at it. We present, in the first part, visions that depart from the urban everyday life and end up revealing regularities and universality. In the second part, we bring to the debate, mainly, the thought of the French school of urban sociology, which treats the urban phenomenon as a structured and structuring reality by the capitalist mode of production. Finally, we propose a perspective that considers the city from the study of a contextualized daily life, in which the bodies, subjectivities and subjects are the privileged methodological point of view, capable of revealing the density of social contradictions.

Keywords: Urban phenomena. Body. Subjectivity. Daily life. Spatiality.

• Recebido em 09 de maio de 2019 • Aprovado em 01 de julho 2019 • e-ISSN: 2177-5788

DOI: <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2019v45n1p39-54>

Copyright © 2019. Conteúdo de acesso aberto, distribuído sob os termos da Licença Internacional da Creative Commons – CC BY-NC-SA – Atribuição Não Comercial (<https://br.creativecommons.org/licencas/>) – Permite distribuição e reprodução, desde que atribuam os devidos créditos à publicação, ao autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

1 Introdução

O urbano é um fenômeno multidimensional, amplo e dinâmico, mas, também, inacabado e possível, para Lefebvre (1999, 2001a). Qualquer esforço que almeje captar esse dinamismo e amplitude deve apostar numa atitude epistemológica ousadamente transdisciplinar. No percurso de suas formas-conteúdos, da cidade política à comercial, até a cidade industrial, conforme Lefebvre (1999)¹, heterotopias tornam-se isotopias. Para Soja (1993), coisas, pessoas e, fundamentalmente, práticas espaciais clandestinas, desestabilizadoras e disruptivas definem novas espacialidades. Em seus aspectos constitutivos - o espaço físico-geométrico e o espaço de cognição - a espacialidade da cidade industrial difere das formas socioespaciais anteriores.

Nas cidades do capital aglomeram-se pessoas, instituições, mercadorias, fluxos; criam-se e recriam-se espaços. A cidade é o centro imantado do mundo capitalista: atrai e repele. Desde o início da revolução industrial milhões de pessoas passam a viver em asfalto e concreto em busca da promessa da ideologia do progresso. A nova espacialidade borbulhante e tensa, a cidade industrial, resultante da expansão e concentração das forças produtivas e da população, é o centro da sociedade burguesa. Essa cidade é sede do capitalista e do proletário; é a expressão condensada da luta de classes e, portanto, o centro do motor da história.

A crescente hegemonia dos critérios que regem a atividade comercial (livre iniciativa, livre contratação, livre circulação) é estendida aos vários setores da vida social e cultural: domina as instituições e institucionalidades e também os modos de vida, os desejos e as necessidades. "Cabe ao analista descrever e discernir tipos de urbanização, e dizer no que se tornaram as formas, as funções, as estruturas urbanas transformadas pela explosão da cidade antiga e pela urbanização generalizada" (LEFEBVRE, 1999, p. 29).

Neste texto pretendemos realizar uma breve reflexão construída a partir da articulação do pensamento de alguns autores como Lefebvre (1993, 1999, 2001a, 2001b, 2008), Harvey (1981, 2003, 2015), Soja (1993, 2001), Simmel (1973), Castells (1978, 1980) que se dedicaram ao estudo da cidade, tendo como problemática central as formas possíveis de enxergá-la: como e de onde olhá-la? Quais particularidades e mediações podem nos restituir a totalidade do mundo urbano? A intenção recai sobre

¹ Em seu projeto teórico-metodológico, Lefebvre lança mão das noções de isotopia e heterotopia como antinomias analíticas. Em linhas gerais, para os fins desse artigo, podemos entender a primeira como espaços do poder político, simbólico e econômico hegemônicos, enquanto as heterotopias são os espaços onde a vida cotidiana dissimulada, a cultura clandestina e a vida subterrânea se materializam.

a possibilidade de conexões possíveis. Adiantamos que não é um texto para discutir conceitos à exaustão. São apenas notas iniciais para uma pesquisa mais ampla que vise pensar a cidade para além de visões disciplinares parciais.

2 Da Cotidianidade às Estruturas

Segundo Lefebvre (1999), a rua contém a função informativa, a simbólica, a função lúdica. A rua possui alma, nome, personalidade, até desejo e esperança. João do Rio ainda completaria: "Se as ruas são entes vivos, as ruas pensam, têm ideias filosofia e religião" (RIO, 2007 [1908], p. 34). Uma multidão de ruas, no entanto, com seus adereços – a parafernália da produção, circulação e consumo –, já parece vir de outro mundo. A alma encantadora das ruas de João do Rio se oculta, evanescente, na imensidão da metrópole dura, das lógicas estranhas, distantes, pesadas e autoritárias. Em suas revelações dos encantamentos da capital brasileira do início do século XX, o escritor carioca sujou as bainhas de suas calças de linho, esgueirou-se por cortiços pútridos e os enxergou com olhos enfeitiçados. O feitiço? Vinha da Paris de Baudelaire e Balzac. Do poeta replicou o método: flunar. Como um perambular despreocupado, entregue à livre afetação pelo sensível mais insistente. Nas palavras do autor:

Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhe as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos *flâneur*, e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flunar" (RIO, 2007 [1908] p. 27).

No imaginário (feitiço) de João do Rio a metrópole do capital se revelava em pura relação de amor e ódio. As ruas personalizadas, subjetivadas, exuberantes explosões de vida transparecem os "tipos" da cidade e na cidade.

Oh! sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, *snoobs*, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue... (RIO, 2007 [1908] p. 30).

Interessa-nos a inspiração para a teoria e a metodológica dessa abordagem lírica de João do Rio. A potência para iluminar as mediações e as categorias que descobrem a capital brasileira no início do século XX. Entendemos que, quando passa a nos mostrar "o que se vê nas ruas": "As pequenas profissões", "Os tatuadores", "Orações", "Os mercadores de livros e as leituras das ruas", "A pintura das ruas", "As tabuletas", "Visões d'ópio",

“Músicos ambulante”, “Velhos cocheiros”, etc.; o cronista carioca nos expõe representações artísticas em conexão intuitiva com a realidade urbana.

Longe do encantamento tropical, no centro do mundo capitalista, o alemão Simmel (1973 [1903]), sob a austeridade “lúcida” da ciência, identifica o surgimento da personalidade do homem moderno em estreita relação dialética com a metrópole. Sob influência dos estudos desenvolvidos por Tönnies (1995), cuja compreensão da complexificação das formas sociais é entendida como a passagem do tipo comunitário para o tipo societário, que pode ser ainda entendido como a transição do rural para o urbano. A preocupação de Simmel é compreender como as organizações sociais, ou as forças externas, agiriam sobre a psicologia humana de modo a influenciar na definição e padronização dos comportamentos das pessoas. Para o pensador alemão, as metrópoles que emergiam, despertando sentimentos ambíguos no início do XX, são o *locus* privilegiado do surgimento de um comportamento que denomina *atitude blasé*. Sua fundamentação estaria nas atitudes intelectualista e calculista, frutos da economia monetária e do excesso de estímulos presentes nas metrópoles. O sujeito reservado, autocontido e indiferente seria o produto típico das cidades. A metrópole, para Simmel, é uma formação social e espacial que teria o poder de definir um comportamento psicossocial típico e exclusivo. A metrópole, para o sociólogo, se caracteriza não pela área que ocupa ou o número de pessoas que abriga, mas por ser sede desse comportamento típico e por ter a capacidade de expandir suas características para além de sua fronteira, ou seja, por ser um núcleo centrífugo. Simmel tem um olhar atento para rua “não mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo” (LEFEBVRE, 1999, p. 31).

O sociólogo Martins (2014, p. 16) afirma que “a literatura tem mais liberdade para lidar com as filigranas do real”. João do Rio nos apresenta essa verdade, mas vai além: revela a força do feitiço, da ideologia. Sua etnografia poética embotada do deslumbre do progresso revela as contradições esteticamente amansadas. Mas o faz com tal densidade e compromisso a ponto de inspirar formas de aproximação com o real. Por outro lado, a civilização urbana definida por Simmel em termos psicossociológicos mostra suas contradições de forma clara: o desenvolvimento de uma economia de mercado e o crescimento das organizações burocráticas geram um sujeito que, a uma só tempo, se vê impelido à liberdade individual e cindido pelas inúmeras atividades, com dificuldade de assumir compromissos com os diversos papéis que desempenha.

Os tipos vivos que emergem nas crônicas do escritor brasileiro e os tipos idealizados do cientista alemão, se não são os mesmos, quando tomados em suas determinações espaciais e temporais específicas – o Rio de Janeiro e as metrópoles europeias –, são níveis, etapas, formas-conteúdos particulares que sugerem, dentro do mais puro processo de

apreensão intuitiva da vida dos fatos, a possibilidade de amadurecimento de categorias concretas, ricas em determinações.

A rua carregada de sentido, significado, até mesmo humanizada da etnografia poética aponta para o espaço social enquanto totalidade resultante da dialética das formas simultâneas: ao mesmo tempo humanas e espaciais. Por isso, as metáforas do cronista carioca que unem os campos semânticos do espaço físico urbano e do comportamento humano sintetizam a espacialidade proposta por Soja (1993) ou o espaço social de Lefebvre (1993). Enquanto o sujeito *blasé* metropolitano é o resultado das instituições da modernidade (a racionalidade e o cálculo, por exemplo), a sociologia de Simmel, assim como as crônicas de João do Rio se aproximam da realidade através da "experiência da vida". São uma porta ao conhecimento da metrópole do início século XX (guardadas as devidas diferenças entre as formações sociais europeia e brasileira) por via de método mais próximo da indução: das crônicas das ruas e seus tipos, do cotidiano carioca, significativos dados são captados; das conclusões do pensador alemão, uma tentativa de síntese. Este é o nível de análise da "vida cotidiana dissimulada: seus ritmos, suas ocupações, sua organização espaço-temporal, sua cultura clandestina, sua vida subterrânea" (LEFEBVRE, 2001a, p. 61).

O sujeito pode ser o ponto de partida, a chegada é a totalidade socioespacial. Esse é um dos empreendimentos sugeridos por Lefebvre, em O direito à Cidade (2001a). Como bem apontou Harvey (2009), o advento das abordagens que enxergaram como unidade básica de análise "o corpo": as formas de poder, organização e resistência pensadas a partir da única fronteira delimitada e delimitável pela experiência do vivido. "O discurso do corpo é o mais micro dos pontos de vista da compreensão do funcionamento das sociedades" (HARVEY, 2015, p. 30).

Por outro lado, o próprio Harvey (2009) acentua a importância da tentativa de articular perspectivas que partem do micro e as abordagens macro socioespaciais. "A particularidade do corpo não pode ser entendida independentemente de seu estar situado em processos socioecológicos" (HARVEY, 2009, p. 31). A ideia central é recorrer à dialética socioespacial entre particularidades e a universalidade.

A perspectiva de Harvey (2009), portanto, se aproxima da de Lefebvre (2001a), para o qual a análise da cidade se dá em níveis. O mais elevado desses níveis se dá "ao mesmo tempo acima e na cidade" (LEFEBVRE, 2001a, p. 60).

Faz-se imprescindível dedicarmo-nos à retomada do pensamento que assume a cidade como uma realidade estruturada e estruturante, dos níveis acima e na cidade. Assumir, mesmo que provisoriamente, como suficientes as categorias marxistas de análise da sociedade burguesa como ponto, se não inicial, nodal de articulação explicativa de particularidades na universalidade.

3 Invertendo o Caminho

“A estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem” (LEFEBVRE, 2001a, p. 60). Das palavras do pensador francês seguiremos à consideração das grandes estruturas e lógicas impessoais sob as quais se conformam as cidades. Para isso, partimos do entendimento das formações sociais específicas dentro da lógica da acumulação do modo de produção capitalista. Um caminho que leva, necessariamente, à economia política. O meio urbano passa a ser percebido dentro do amplo processo de produção e reprodução do modo capitalista de formação da sociedade. Dentro, portanto, de uma visão de totalidade do complexo processo de desenvolvimento dos meios de produção e reprodução do capital. Essa visão fica clara nos trabalhos de Castells (1978, 1980) Topalov (1979) e Lojkine (1981), e nos trabalhos de Harvey (1981, 2003).

O encontro desses autores se dá em torno de uma visão da cidade a partir da teoria geral da sociedade burguesa desenvolvida por Marx, notadamente, em *O Capital* (2013). A cidade é entendida dentro do contexto da especificidade da forma capitalista de organização social que se conformou com a revolução industrial e o advento da modernidade. Para Topalov (1979) a cidade é uma aglomeração espacial de valores de uso úteis para o processo de produção, circulação e consumo, ou, ainda, como produto de uma dupla socialização: “das condições gerais da produção e do espaço” (LOJKINE, 1981, p. 154). E, mormente, a manifestação espacial das contradições inerentes à acumulação de capital e à luta de classes, segundo Harvey (1981) e Castells (1978; 1980). Dessa perspectiva emergirá uma teoria da ação do Estado como indutor e organizador de espaço urbano, assim como ator e arena da luta de classes.

Antes de apresentarmos as formulações da Escola Francesa de estudos urbanos, uma apreciação dos conceitos básicos marxianos, sobre os quais se erige o pensamento teórico sobre a urbanização, justifica-se, antes, porque o desenvolvimento urbano não é dissociado da lógica própria do sistema capitalista de produção. Ao definir seu objeto de estudo, a sociedade burguesa, Marx descobre as categorias centrais da análise - por exemplo, forças produtivas, relações de produção, classes sociais, luta de classes, dominação, exploração, etc. - em um contexto de determinações espaciais e históricas peculiar: a cidade. Lefebvre (2001b, p. 77) argumenta que, para Marx, “a dissolução do modo de produção feudal e a transição para o capitalismo se imputa e se vincula a um sujeito: a cidade.” O autor prossegue:

Como a terra, como a nação, em face delas, a cidade se torna, no curso da história, o cadinho onde se elaboram as relações de produção, onde se manifestam os conflitos entre as relações de produção e as forças produtivas (LEFEBVRE, 2001b, p. 92).

A teoria geral da acumulação é apresentada por Marx (2013) já no quarto capítulo de *O Capital*. O autor alemão a sintetiza tendo como premissa o circuito de realização do valor de troca. Em sua teoria do valor, Marx distingue como característica fundamental da criação capitalista típica, a mercadoria, a separação entre valor de uso e valor de troca. Este último permite a equivalência universal entre os objetos do mundo social e dele deriva a abstração última do sistema: o capital. Em sua forma de expressão de equivalente universal mais característica, o dinheiro (D), o circuito do capital pode ser descrito como: $D-M-D'$. O dinheiro transforma-se em mercadoria (M) que por sua vez é vendida e realiza-se novamente como capital-dinheiro, desta vez acrescido de um valor, ou seja, $D' = D + \Delta D$, em que ΔD é chamado de *mais-valia*. Dessa forma, Marx explica a origem do lucro do capitalista individual. A mais-valia é o lucro do capitalista e tem sua origem na apropriação da diferença entre valor transferido pelo trabalho humano ao produto e o retornado em forma de salário ao trabalhador.

O tempo de retorno do capital inicial em capital acrescido de lucro é função do tempo de realização do circuito de produção, ou do processo de acumulação do capital. O processo de acumulação é o destino do capitalista:

O capitalista só é respeitável como personificação do capital. Como tal, ele partilha com o entesourador o impulso absoluto de enriquecimento. Mas o que neste aparece como mania individual, no capitalista é efeito do mecanismo social, no qual ele não é mais que uma engrenagem. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista converte em necessidade o aumento progressivo do capital investido numa empresa industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista. Obriga-o a ampliar continuamente seu capital a fim de conservá-lo, e ele não pode ampliá-lo senão por meio de acumulação progressiva (MARX, 2013, p. 667).

Portanto, é como um processo independente da vontade individual, ou seja, é pela negação da liberdade aparente, que a acumulação se realiza. E a mesma coercitividade da competição obriga o capitalista a estar sempre maximizando o lucro pela diminuição do tempo de realização do capital.

Para Bihr (2003, p. 119, grifo do autor) o estudo de

Marx consistirá em demonstrar que o processo de produção capitalista é um processo de reprodução *sui generis*: produz por si mesmo suas próprias condições, não somente materiais (meios de produção e forças de trabalho), mas também sociais (as relações de produção que agenciam estas condições materiais que lhe servem de suportes). Em outros termos, todo seu esforço consiste em "*internalizar*" as condições da reprodução do capital, transformá-las em resultados do próprio processo capitalista de produção.

Para chegarmos ao entendimento do *Capital* como totalidade histórica e socioespacial, Bihr (2003) defende o estudo do processo global de

reprodução do capital. Este se constituiria em três níveis de realidade, ou particularidades que se articulam dando origem à totalidade da formação social. No primeiro nível apresenta-se o processo imediato de reprodução do capital; aquele analisado por Marx no livro I de *O Capital*; nível que se realiza pelo próprio movimento do valor em processo. O segundo nível é aquele em que as exterioridades ganham destaque e relevância. Nas palavras de Bihl (2003), as condições gerais externas da produção capitalista. O caráter externo se refere às necessidades de consideração de outras mediações que não aquelas do primeiro nível, indispensáveis à integração do sistema capitalista. Este nível é fundamental ao entendimento da produção do espaço e conseqüentemente da urbanização, da cidade do capital.

É assim, por exemplo, que o capital não chega somente por seu movimento de valor em processo a assegurar a (re)produção de certas condições de seu processo de produção imediato, quer se trate dos meios socializados de produção (infraestruturas coletivas, produção e difusão de resultados da pesquisa científica, etc.) ou dos aspectos da reprodução da força de trabalho não diretamente assegurados pela circulação mercantil desta (as relações familiares, a produção e a gestão do espaço-tempo doméstico, o sistema de ensino, etc.) (BIHL, 2003, p. 122).

No terceiro nível encontram-se as relações sociais. *O processo de produção e reprodução das relações de classe*. O objetivo é considerar as relações contraditórias entre os sujeitos coletivos como base constituinte e continente da reprodução do capital. Seja em suas formas institucionais (sindicatos, partido políticos, associações corporativas, etc) seja em suas ações no aparelho de Estado. Aqui são (re)introduzidas as determinações subjetivas do processo de reprodução do capital: os interesses, projetos, anseios, ideológicos e políticos das classes e sujeitos que as compõem.

A perspectiva de Bihl (2003) ilumina ponto central do argumento deste texto: a distinção articulada de aspectos objetivos e subjetivos de reprodução ampliada do capital. No primeiro e segundo níveis encontram-se objetividades que produzem subjetividades, ou formas subjetivas de determinação e objetivação dos sujeitos, a sociopsicologia própria do sistema capitalista, a cotidianidade alienada e alienante da existência social. No terceiro, as subjetividades são vistas em ação, em sua forma coletiva, em conflito, portanto, também, como possibilidade de superação histórica, de devir.

A partir da análise de Marx (2013) e do conceito de processo global de reprodução do capital, trabalhado por Bihl (2003), podemos focalizar a exposição nos aspectos da economia política da urbanização, mais especificamente, da escola francesa de estudos urbanos e os trabalhos de Harvey (1981, 2003).

A cidade, para Gottdiener (1993), é a expressão espacial do processo de acumulação o que vai gerar uma teoria dialética das relações

socioespaciais. Lojkin (1981) afirma que o desenvolvimento da aglomeração urbana é determinado pela tendência constante do capitalismo a diminuir o tempo de produção e o tempo de circulação do capital e, a "urbanização capitalista é, antes de tudo, uma multiplicidade de processos privados de apropriação do espaço" (p. 20).

Uma primeira aproximação geral é sintetizada no pensamento de Topalov (1979, p. 25) para o qual a organização espacial, mais do que a cidade propriamente dita, é uma "superposição e uma articulação de vários tipos de espaços produtivos, cada um dos quais corresponderia a uma etapa da divisão capitalista do trabalho". Ao trabalho baseado na cooperação simples, resultado da agregação de artesãos independentes, corresponderia uma forma de organização do trabalho. Com a progressiva divisão do trabalho, gerando divisão de tarefas e especialização da mão de obra, faz-se necessária a formação do trabalhador e, conseqüentemente, o desenvolvimento de equipamentos coletivos para reprodução desta força de trabalho. Essa nova organização da produção gera uma nova configuração espacial. A cidade cumpre a função de produção e reprodução ampliada da força de trabalho, através dos meios de consumo socializados, da formação, da aculturação e enquadramento do trabalhador.

Segundo Lojkin (1981) a lógica de produção do espaço urbano seria a mesma da alteração da composição orgânica do capital. À medida que se aumenta o percentual de capital fixo a taxa de lucro tende a decrescer. A produção do espaço urbano, portanto, revela suas contradições. Lojkin (1981) aponta três problemas para o desenvolvimento urbano guiado pelos interesses do capital, conforme comentaremos.

Primeiro, os bens de consumo público (transporte, saúde, educação, etc) são bens de difícil fracionamento, o que impede que sejam transformados em mercadorias de consumo individualizado. Assim sendo, tornam-se não rentáveis e desestimulam os investimentos dos capitalistas privados. Acrescenta-se o fato de serem produtos de alta composição orgânica e o período de realização do capital ser bastante longo. A consequência é a falta de investimento privado porque a rentabilidade é baixa se comparada a outras formas de reversão do capital. O segundo ponto refere-se à tendência do capital se concentrar nos espaços em que a infraestrutura urbana está mais desenvolvida, acarretando a concentração desigual dos valores de uso objetivados em forma de bens de consumo coletivos.

Por fim, temos o papel desempenhado pelo solo no processo de urbanização. Historicamente, o solo exerce a função de meio de produção (minas, agricultura, etc) suporte de produção (local da fábrica) e circulação (lojas), mas, na cidade também tem a capacidade de *aglomerar*. Esta última característica entra em choque com as outras funções, pois a aglomeração significa fracionamento que impede que o solo seja usado como meio e suporte de produção. Por outro lado, a aglomeração gera a segregação espacial: nos locais mais aglomerados o preço da terra inviabiliza o acesso das classes mais pobres.

Castells, por sua vez, desenvolve um modelo teórico de inspiração estruturalista para explicar a cidade a partir das formulações de Luis Althusser segundo o qual as sobreposições de diferentes níveis formam uma estrutura social. Na base da sociedade teríamos o nível econômico, ou infraestrutural, de maior peso nas determinações das relações sociais e conformação das organizações sociais. Nesse nível encontraríamos o elemento P (produção), composto pelos meios de produção cuja importância destaca-se entre os outros elementos do nível econômico. Teríamos ainda o elemento C (consumo) referente à reprodução da força de trabalho; o elemento E (troca) que diz respeito ao intercâmbio entre P e C; por fim o elemento A (administração) em que é considerada a regulação entre P, C e E, consubstanciado na ideia de planejamento.

Sobre o nível econômico encontram-se os níveis superestruturais. O nível político/jurídico que inclui as instituições estatais no espaço, e o nível ideológico no qual se encontram os símbolos no e do espaço que marcam diferenças e semelhanças.

Para Castells (*apud* BASSET; SHORT, 1980) no sistema urbano vão se expressar as contradições do sistema capitalista: colisão entre forças e relações de produção, tendência para queda da taxa de lucro, etc. Em sua abordagem privilegia as práticas dos agentes que ocupam diferentes posições na estrutura social. Os agentes são classes sociais, as quais se presentificam através de práticas e conflitos como expressão das contradições estruturais. Castells prioriza o estudo do planejamento urbano (regulação de contradições e conflitos e reprodução do sistema) e, secundariamente, estuda os movimentos sociais (condições de mobilização de forças sociais que buscam mudar estruturas).

Podemos ver Castells aplicar sua perspectiva teórica na análise que faz dos movimentos sociais madrilenhos. De início, argumenta que os meios de consumo coletivo da cidade são resultado da necessidade de reprodução da força de trabalho, através da qualificação do trabalhador para manipulação de um aparato tecnológico avançado; assim como da necessidade do estabelecimento de bases para a reprodução do consumo individual, como a construção de vias para automóveis, amplas moradias para consumo de eletrodomésticos e serviços privados. Mas não apenas o capital decide diretamente a natureza e formas dos bens de consumo coletivo. Os agentes coletivos organizados pressionam, a seu modo, pela definição e ampliação dos bens de consumo coletivo. Disso revela-se a contradição estrutural do sistema: “os serviços coletivos requeridos pelo modo de vida suscitado pelo desenvolvimento capitalista não são suficientemente rentáveis para ser produzido pelo capital” (CASTELLS, 1980, p. 23)

Dessa contradição Castells entra na análise da ação do Estado. Da insuficiência da produção, circulação e consumo atender as demandas apresentadas pela sociedade, o Estado desperta como interventor e administrador do excedente coletivo marcando de forma indelével a natureza e a forma dos equipamentos coletivos. Longe de ser uma instância

neutra, acima das contradições que se dão no nível da produção e reprodução do sistema, o aparelho de Estado trás para si as contradições, politizando-as. A ação do Estado nesse contexto também é contraditória. Dada a escassez de recursos disponíveis para atender as demandas que lhe são apresentadas o Estado tende a concentrar suas ações no atendimento aos interesses das classes dominantes. No decorrer de sua análise dos movimentos sociais na Espanha, no entanto, Castells acentua que o estatuto teórico do Estado não é aquele de um mero reflexo superestrutural do nível econômico do sistema capitalista, mas o eleva ao ponto de uma arena em que a luta de classes se presentifica. As mudanças sociais passam necessariamente pela ocupação e transformação do Estado. Os movimentos sociais, na visão de Castells, surgem da necessidade de resistência e redefinição da estrutura espacial de modo a incluir “novas funções, formas, interesses, projetos, protestos e sonhos” (SOJA, 2001, p. 99)

Do outro lado do atlântico, encontramos o pensamento do geógrafo David Harvey. Em seu trabalho de *The urban process under capitalism: a framework for analysis*, de 1981, deparamo-nos com a formulação teórica do pensador inglês sobre as formas urbanas. Essas são entendidas como consequência da movimentação dos excedentes pelos diferentes *circuitos do capital* e das contradições entre as classes sociais. Ele defende que a explicação marxista deve focalizar nestes dois propulsores da sociedade: a acumulação de capital e a luta de classes. Os circuitos do capital fundamentam-se em três princípios básicos: (a) no ímpeto incessante do capitalismo em acelerar o tempo de giro do capital; para isto, (b) estar sempre impelido para eliminar as barreiras espaciais (aniquilar o espaço por meio do tempo); (c) apoiando-se e se apropriando no poder estatal para construir a organização territorial de acordo com seus interesses. Sua construção teórica aproxima-se da perspectiva anteriormente apresentada por Bühr (2003).

Na formulação de Harvey, assim como na de Castells, O Estado entra como garantidor do investimento e financiador. Um verdadeiro amortizador de crises, ou melhor, distribuidor de crises entre os circuitos do capital.

A urbanização tomada como objeto pela escola francesa e por Harvey aproxima-se, portanto da cidade do espaço abstrato que se impõe, moldando, mercantilizando, reificando, homogeneizando o cotidiano, estabelecendo isotopias, conforme Lefebvre (1993; 2008). A lógica da eficiência, da funcionalidade, da mercadoria, enfim, define o espaço socialmente construído mas, também, o sujeito que o vive, o significa e o subverte.

As abordagens da economia política deram particular importância à prática do planejamento urbano como forma de moldar o ambiente construído, criar a paisagem urbana. Essa forma de olhar nos permite ver a urbanização dos grandes números, das tendências gerais, dos movimentos das grandes massas de capital, enfim, é fundamental para tornar cada vez menos enigmática a lógica do capital e revelar o palco em que se representa a “experiência da vida” dos sujeitos ordinários, em suas

construções cotidianas do modo de vida urbano. Soja (2001), no entanto, elenca temas pouco trabalhados pela tradição da economia política urbana, entre os quais destaca: consumo de massa e o consumismo, a consolidação do Estado do Bem-Estar, o rápido crescimento das classes médias urbanas e crescimento dos chamados novos movimentos sociais, organizados em torno das questões de gênero, raça, etnia.

4 Corpos Cotidianos em Contexto

A crítica de Soja (2001) é o ensejo para avançarmos no argumento central deste artigo. Mesmo se assumirmos que a lógica do capital é o fundamento último das formas socioespaciais, os temas levantados por Soja só poderão ser abordados teórica e metodologicamente se nos atentarmos para mediações fundamentais que estão aquém e além da impessoalidade da razão do capital. Retornamos, portanto, ao corpo, ao indivíduo, à pessoa. Mais ricos, no entanto, em determinações; ciente de que

O mundo experiencial, a presença física, a subjetividade e a consciência dessa pessoa são *em parte*, se não de modo predominante, forjados no cadinho ardente do processo de trabalho, da busca apaixonada de valores e de vantagem competitiva nos mercados de trabalho, bem como nos desejos perpétuos e nas atraentes frustrações da cultura da mercadoria (HARVEY, 2015, p. 155, grifo nosso).

Se pensarmos nos corpos que vivem a cidade industrial, do espaço abstrato, conforme Lefebvre (1993; 1999) e dela são causa e consequência, em primeiro lugar estaremos falando da subsunção de subjetividades às relações de produção e reprodução do capital. Disso surge o proletário, assim como o capitalista. A proletarização envolve uma série de coerções - presentes na mesma lógica que cria o capitalista ilusoriamente livre - e apropriações de capacidades, conhecimentos, hábitos e crenças pré-capitalistas. Estruturas de parentesco, formas de solidariedade, organizações familiares e domésticas, relações de gênero e autoridade, sumariamente aqui entendidas como cotidianidade, para Harvey (2003), desempenham papel fundamental. Ora as estruturas anteriores são reprimidas, ora cooptadas e resignificadas de modo a forjar sujeitos dóceis. O capitalismo cria o proletário como condição de reprodução do próprio capital. Mas nem todo o corpo, subjetividade ou consciência são perfeitamente forjados pelo capital. Há resíduos, sobras insistentes, reminiscências e futuros delirantes.

O corpo não pode ser reduzido ao invólucro do indivíduo unidimensional, em que toda a subjetividade é subsumida à lógica do capital. Entendemos, junto com Harvey (2015), que os efeitos líquidos, tanto materiais quanto representacionais, dos diversos processos físicos e sociais nestas condições geram corpos diversos. O corpo é ativo e transformador dos processos que o produz.

Logo, pessoas corporificadas dotadas de capacidade semióticas e vontade moral tornam seu próprio corpo como um elemento fundacional naquilo que há muito chamamos de 'corpo político' (HARVEY, 2015, p. 138).

No corpo sintetizam-se contradições sociais, assim como nas personalidades que os habitam e os formam. Nas representações, no imaginário, na experiência cotidiana, as capacidades, crenças, hábitos e sonhos refletem os desejos perpétuos e as frustrações do mundo da mercadoria, mas, também, insistências de tempos e espaços distantes, no passado e no futuro.

Nos mapas se identificam manchas de pobreza e luzes de opulência, intrincadas redes de transporte interligando funcionalidades espacializadas: indústria, comércio, sistema financeiro, residência, etc. Projetam-se tendências demográficas e de uso e ocupação do solo. Mas os corpos que transitam, trabalham, residem, se divertem dão efetividade, eficácia às formas urbanas. Onde no mapa se vê uma praça, um espaço de lazer, os corpos podem dizer que é moradia; onde no mapa se observa uma malha de viadutos racionalmente projetados para trânsito de automóveis, famílias podem se reunir para recuperar as energias a fim de se lançarem novamente na imensidão da cidade do capital, na esperança de que alguma parte de seus corpos seja consumida como força de trabalho.

A trajetória de vida dos corpos que subvertem mapas se apresentam como os "tipos" do Rio de Janeiro do cronista carioca: contradições que são causa e consequência do espaço vivido, num perpétuo processo de resistência e adaptação. No estudo desses corpos espacializados, em contexto, podemos perceber a dialética entre heterotopias e isotopias na conformação do espaço social da cidade.

Podemos ver como exemplo de adaptação a subsunção da subjetividade na experiência narcotizante descrita por Sennett (2003). Imersos nos automóveis em alta velocidade que passam pelos viadutos, há corpos que sentem a cidade como uma grande experiência midiática: a percepção do espaço se dá em *frames*, cortes, montagem, desvinculação tátil.

De fato, à medida que as vias são cada vez mais expressas e bem sinalizadas, o motorista precisa cada vez menos dar-se conta das pessoas e das construções para prosseguir no seu movimento. [...]O viajante, tanto quanto o telespectador, vive uma experiência narcótica; o corpo se move passivamente, anestesiado no espaço, para destinos fragmentados e descontínuos (SENNETT, 2003, p. 18).

A experiência urbana que se revela a Richard Sennett, consoante à psicossociologia dos sujeitos que a vivem, assemelham-se às formas que se projetaram nas formulações de Georg Simmel, apresentadas no início deste texto. Se, na metrópole do início do século XX, Simmel acentuou a

atitude blasé como característica definidora dos corpos espacializados, Sennett, com anos mais tarde, identifica o “desejo de livre locomoção” a continuação da dessensibilização do corpo, cuja consequência são cidades “entregues às exigências do tráfego e ao movimento acelerado de pessoas, cidades cheias de espaços neutros, cidades que sucumbiram à força maior da circulação” (SENNETT, 2003, p. 214).

Tanto Simmel, quanto Sennett têm o olhar voltado para rua entendida “não mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo” (LEFEBVRE, 1999, p. 31). Cidade como pura isotopia.

Mas há espaços outros e corpos resistentes, heterotopias. Assim podem ser vistas as ocupações urbanas “irregulares”, práticas de agricultura urbana e, até, o morador de rua solitário. Todas são práticas socioespaciais da cidade e na cidade que estabelecem sociabilidades diversas, baseadas em princípios e valores que nem sempre coincidem com os das formas dominantes mercantilizadas.

O que defendemos portanto é a ampliação do enfoque a ponto de ser capaz de perceber as lógicas de resistência e estranhas aos modos dominantes de produção socioespacial, mas ciente de que são parte das contradições que compõem a lógica dominante. Devem ser entendidas como ponto inicial de investigação do fenômeno urbano e não como um objeto fechado em si mesmo, acabado, autônomo.

O que objetivamos evitar é o recurso ao individualismo metodológico inocente, que atribui autonomia excessiva à ação individual, chegando ao extremo de acreditar que a realidade (pelo menos aquela que deve ser objeto de estudo) é o sentido e o significado emanado pelo sujeito que a vive. Mas, também, afastarmo-nos do formalismo burocrático estruturalista que elimina o sujeito das determinações historicoespaciais, conforme pensaram autores ligados à Escola Francesa de Sociologia Urbana, por exemplo.

Entendemos que a ênfase nas heterotopias, nos acontecimentos, nas práticas estranhas, irregulares, exóticas, intersticiais, híbridas, como uma forma de nos aproximarmos do fenômeno urbano é a tentativa de absorver a crítica que o pensador francês Henri Lefebvre, em *O Direito à Cidade*, formulou no fim dos anos 1960²:

² A tradução brasileira que usamos é de 2001. No entanto, a primeira versão francesa, *Le Droit à la Ville*, foi publicada em 1968.

Há muito tempo que o conhecimento hesita diante da criação. Ou esta parece irracional, espontaneidade que surge do desconhecido e daquilo que não é passível de ser conhecido. Ou então a criação é negada e se reduz aquilo que nasce àquilo que preexistia. A ciência deixa para os filósofos a exploração dos nascimentos, dos definhamentos, das transições, dos desaparecimentos. Aqueles que contestam a filosofia abandonam com isso a ideia de criação. O estudo dos fenômenos urbanos se liga à superação desses obstáculos e dilemas, à solução desses conflitos internos à razão que conhece (LEFEBVRE, 2001a, p. 51).

6 Considerações Finais

Para finalizar, o que se faz necessário é apontar que paralelo à cidade dos mapas e projetos, emerge um modo de vida urbano que em si encerra uma variedade de contradições. O que procuramos demonstrar é que uma das formas de revelar essas contradições pode ser através do estudo das cotidianidades alienadas, que são, por outro lado, o ponto de deflagração de novas possibilidades históricas. Esse enfoque pode revelar-nos como os sujeitos fazem a cidade e a cidade faz os sujeitos; assim como a relação entre os sujeitos e os espaços urbanos; mas, também, quais as formas de uso dos espaços; e, por fim, quais as disputas políticas e ideológicas pelo significado dos espaços da cidade.

Entendemos, portanto, que as várias sociabilidades que convivem e conformam espaços no dia-a-dia da existência, marcada a ferro e fogo pela arbitrariedade da lógica do capital e pelas cicatrizes e utopias dos corpos em fluxo, apresentam-se-nos como ponto de reparo metodológico capaz de revelar o adensamento das contradições sociais.

Referências

BASSET, K.; SHORT, J. **Housing and residential structure: alternative approaches**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1980.

BIHR, A. A problemática da reprodução do capital em O Capital. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 9/10, p. 117-24, 2003. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25775/18419> Acesso em: 15 de dez. 2018.

CASTELLS, Manuel. **City, class and power**. Londres: The Macmillan Press, 1978.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

HARVEY, David. The urban process under capitalism. *In*: DEAR, M.; SCOTT, A. J. (eds.). **Urbanization and urban planning in capitalist societies**. New York, Methen and Co., 1981.

- HARVEY, David. **O novo imperialismo** São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. 3. ed. Oxford: Blackwell, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001a.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.
- MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo: Contexto, 2014.
- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Martin Claret, 2007 [1908].
- SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973 [1903].
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOJA, Eduard. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Oxford and Malden: Blackwell Publishers, 2001.
- TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade. In: MIRANDA, Orlando (org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995.
- TOPALOV, C. **La urbanization capitalista: algunos elementos para su análisis**. Mexico: Edicol Mexico, 1979.